



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS SABERES DA CULINÁRIA REGIONAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Mônica Nascimento e Feitosa

Mestranda em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS/Unimontes. Consultora jurídica e contábil da administração pública. Professora efetiva do Departamento de Ciências Contábeis/Unimontes. E-mail: monfeitosa@yahoo.com.br

Sandra Siqueira da Silva

Mestranda em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS/Unimontes. Socióloga. Pesquisadora e bolsista da CAPES. Tutora da Universidade Aberta do Brasil UAB/Unimontes. E-mail: liliibra@yahoo.com.br

Introdução

A culinária, tomada como patrimônio cultural, comunica questões identitárias, geográficas, históricas e culturais de um povo; seu resgate e revitalização através de Políticas Públicas contribuem para o revigoramento da memória de um grupo. A patrimonialização e a apropriação de tais bens podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social local, através das Políticas Públicas. No Brasil, tais políticas são realizadas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com o tombamento, registro e catalogação dos bens culturais. Reconhecidos como bens culturais imateriais, estes são salvaguardados e protegidos, por meio da atuação dos órgãos governamentais, através de Políticas Públicas de proteção patrimonial. A patrimonialização dos bens culturais, materiais e imateriais, reafirma a ideia de pertencimento e valorização, podendo fomentar o desenvolvimento local. Entretanto, esta ação se não for bem orientada pode ter seu resultado alterado: ao invés de favorecer a revitalização dos bens culturais, pode transformá-los em mercadorias para o consumo.

Serão trabalhados os conceitos de patrimônio material e imaterial, de acordo com o IPHAN, Choay (2006) e Melo (2010). A questão da culinária e da alimentação será analisada conforme Lieselotte (1978), Maciel (2004) e Braga (2004). Para debater sobre as Políticas Públicas nosso referencial será Souza (2006), Teixeira (2002), Feitosa (2011) e Demo (2007). Aborda-se a patrimonialização e o desenvolvimento através de Perez (2009), Anico (2005), Silva (2011), Hermet (2002) e Choay (2006). Por fim,



utiliza-se o *site* do IPHAN para tratar dos exemplos de registro dos bens patrimoniais culturais imateriais. Assim, o objetivo deste trabalho reside na conceituação e análise das categorias acima, relacionadas com a ocorrência do desenvolvimento local.

1 - O Patrimônio cultural material e imaterial e a culinária regional

O patrimônio cultural nos remete às questões relacionadas com a identidade, a memória, a coletividade e a herança; este é delimitado em duas categorias: a de natureza material e de natureza imaterial. Segundo o IPHAN é classificado e protegido como patrimônio material, com base em legislações específicas, o conjunto de bens culturais que pela sua natureza estão cadastrados nos “04 (quatro) Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas”. O patrimônio material está dividido em bens imóveis, como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.¹ Nesse sentido, de acordo com o referido organismo de proteção patrimonial, pode-se classificar a categoria imaterial:

A UNESCO define como Patrimônio Cultural Imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (IPHAN: PATRIMÔNIO IMATERIAL, [s.d], [s.p]).²

Além das definições dos órgãos governamentais acima, Choay (2006) analisa a compreensão do patrimônio cultural, como:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de

¹<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=628405A9073AD96E0E006929F468FC91?id=12297&retorno=paginaIphan>. Acesso em: 11/03/2011.

²<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=628405A9073AD96E0E006929F468FC91?id=11175&retorno=paginaIphan>. Acesso em: 11/03/2011.



uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. (CHOAY, 2006, p. 11).

Para Melo (2010) o patrimônio não é algo supérfluo, que obedece a convenções sociais, ao contrário, é ativo, um reflexo do que a sociedade produz. Assim, o fortalecimento da identidade cultural passa pelo patrimônio, como fortalecedor do sentimento de pertencimento a uma comunidade, cultura ou tradição:

Pertencer a uma identidade cultural autêntica, significa descobrir-se, ser diferente dos comportamentos globalizados. Por isso, os patrimônios culturais imateriais como as formas de trabalho com a terra e o sentido da culinária, o cultivo e o preparo dos alimentos, tornam-se patrimônios da cultura e demonstram a riqueza da relação entre identidade e diversidade da cultura. (MELO, 2010, p. 8).

O patrimônio, seja material ou imaterial, é o reflexo da identidade de um povo. Representa tudo o que deve ser preservado, tombado, registrado, revitalizado, ou seja, tudo o que não deve ser esquecido, ao contrário, procura-se sempre mantê-lo em movimento, vivo e presente. Neste sentido, a culinária pode ser abordada, como uma categoria pertencente ao campo do patrimônio cultural imaterial, engloba saberes, lugares e modos de fazer que comunicam algo sobre a identidade de um povo, transmitido de geração em geração; os hábitos alimentares de um povo nos dizem mais do que sua preferência alimentar, nos situam em relação a sua cultura.³ Lieselotte (1978) afirma que são motivações que levam o homem a buscar alimentos: sobrevivência, saúde, dieta, religião, longevidade, carência, ciência e cultura. Assim, o estudo dos hábitos alimentares está ligado à compreensão das formas de vida; a autora entende que a preferência por determinados alimentos não é natural, e sim aprendida.

Tal posicionamento fica claro, no fato de que nós brasileiros, apreciamos a feijoada, seu sabor, condimentos, ingredientes e preparo, não porque esta preferência, este gosto seja algo natural, inato, mas porque aprendemos a apreciar tal prato pelo contexto, porque este é sempre servido aos sábados, porque sempre se faz presente em

³ As comidas são associadas a povos em particular, e muitas delas são consideradas inequivocamente nacionais, lidamos frequentemente com questões relativas à identidade. Todos sabemos que os franceses supostamente comem rãs e caracóis; os chineses, arroz e soja; e os italianos, macarrão e pizza. Mas a espantosa circulação global de comidas e a circulação paralela de pessoas levantam novas questões sobre comida e etnicidade. Seria mais fácil mudar o sistema político da Rússia do que fazê-los abandonar o pão preto; a China abandonaria sua versão do socialismo mais facilmente que o arroz. (MINTZ, 2001, p. 34).



reuniões de amigos e familiares, ou até em eventos beneficentes. Enfim, por vários motivos aprendemos ao longo da vida a apreciar a feijoada e outros sabores da culinária, que desde a infância fazem parte de nossa cultura e história de vida. Diante de tais questões, a alimentação comunica não só aspectos relacionados ao gosto ou preferências, mas questões totais. Como especifica Mauss (2003), a partir do conceito de fato social total, nos é possível compreender a culinária como um fato social total.⁴

Maciel (2004) coloca que a alimentação humana é um ato social e cultural. É um sistema simbólico, que atua como vetor de comunicação, nos permitindo a compreensão da sociedade em que se está inserido. Para esta autora, a cozinha de um povo é criada de acordo com um processo histórico, articulando elementos tradicionais, com o objetivo de criar algo único, que se torna particular, singular e reconhecível.

Mais do que as técnicas, essas maneiras de fazer estão relacionadas aos significados atribuídos aos alimentos e ao ato de alimentar, que vem a ser um ato culinário de transformação. Assim, a maneira de transformar a substância alimentar, de fazer a comida, a culinária própria de uma dada cozinha, implica um determinado estilo de vida, produzindo uma mudança que não é só de estado, mas de sentido. (MACIEL, 2004, p. 26).

A culinária regional tem a capacidade de comunicar aspectos identitários, geográficos, históricos e culturais de um povo. Os hábitos alimentares trazem distinção entre culturas, dessa forma, faz-se necessária a valorização da culinária regional, pois esta é fator de reconhecimento da comunidade local.

A alimentação, organizada como uma cozinha, torna-se símbolo de uma identidade (atribuída e reivindicada) através da qual os homens podem se orientar e distinguir. Mais que hábitos e comportamentos alimentares, as cozinhas implicam formas de perceber e expressar um determinado “modo” ou “estilo” de vida que se quer particularizar a um determinado grupo. Assim, parodiando a afirmação “bom para comer e bom para pensar”, o que é colocado no prato, mais do que alimentar o corpo, alimenta uma certa forma de viver. (MACIEL, 2004, p. 36).

Braga (2004) afirma que os hábitos alimentares fazem parte de um sistema cultural simbólico, que determina o que é comestível e o que não é. Tais símbolos

⁴ “Os fatos que estudamos são todos, (...) fatos sociais totais (...) ou, gerais, (...). Todos esses fenômenos são ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, religiosos, e mesmo estéticos, morfológicos etc.” (MAUSS, 2003, p.309).



possuem significados que tem a função de comunicar algo sobre a sociedade em questão; o que se come, e quando se come, e com quem é determinado culturalmente.

Cada cultura seleciona os alimentos permitidos e proibidos, a cultura judaica não faz o uso da carne de porco, na Índia a carne de vaca é sagrada, e no Brasil tais carnes são apreciadas em todas as suas formas, cozidas, assadas e fritas. Através da preferência alimentar é possível conhecer certos grupos de pessoas e algumas características ligadas à gastronomia: vegetarianos têm uma filosofia de vida característica, preocupam-se com as questões ligadas aos animais, a preservação ambiental e a saúde; já o grupo de pessoas que não são ligadas a alimentação saudável, podem apresentar problemas de saúde ligados ao colesterol ou a circulação sanguínea; pessoas que não comem doces podem fazê-lo, seja por motivos estéticos ou de saúde. Enfim, as escolhas alimentares nos dizem algo a respeito de determinadas pessoas ou grupos a que pertençam.

Através da culinária local, pode-se conhecer os aspectos de um determinado país ou cultura. Mas, apesar da riqueza das cozinhas locais, estas não tem sido exploradas por seus “nativos”⁵, devido ao atribulado cotidiano, não há tempo para o preparo de alimentos, recorre-se aos alimentos industrializados, congelados, prontos ou semi-prontos, que requerem menos tempo de preparo, mas, em contrapartida possuem menos valor nutricional, mais conservantes e sem a vinculação de pertencimento local.

Nesse contexto, comportamentos, tendências, gostos e atitudes deixam de ser locais para tornarem-se globais. Com a influência da cultura *fast food*, há um abandono das práticas culinárias regionais e uma adaptação a cultura alimentar hodierna, nesta mudança, a comunidade deixa de usufruir da comensalidade local, que comunica sua identidade, história, tradição, para usufruir de outra comensalidade que comunica o pertencimento a uma identidade global, sem particularidades regionais ou identitárias. Pelo exposto, faz-se necessário a intervenção dos governos, através de Políticas Públicas que busquem revitalizar e revigorar os bens culturais.

2 - Políticas Públicas e Desenvolvimento

⁵ Nativo aqui foi utilizado como sinônimo do indivíduo que contextualizado no local mantém atitudes intrínsecas ao seu pertencimento geográfico ou cultural.



O patrimônio cultural material e imaterial como concepção de identidade de um povo, em contraponto a uma “cultura de massas” necessita de espaço democrático, e aqui, não estamos referindo apenas ao espaço físico, mas ao espaço político, através das Políticas Públicas sociais que visam valorizar e promover a diversidade cultural de um povo. Segundo Souza (2006, p.25) “as Políticas Públicas repercutem na economia e nas sociedades”, portanto, “qualquer teoria da Política Pública precisa também explicar as interrelações entre Estado, política, economia e sociedade”.

Política Pública na Ciência Política foi vista, ora como estudo das instituições fundamentais para frear as individualidades tirânicas da natureza humana (Madison); ora como organização local que promove o bom governo (Tocqueville e Panne), ou ainda, como ramo que entende o “como” e o “porquê” os governos optam por determinadas ações, ou ainda por “não-ações”⁶. (SOUZA, 2006). “Portanto, elaborar uma Política Pública significa definir *quem* decide *o quê*, *quando*, com que *conseqüências* e *para quem*”. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. (TEIXEIRA, 2002, p. 2)

As Políticas Públicas, depois de formuladas, desdobram-se nos planos e programas postos em ação, e se constituem em um importante instrumento de desenvolvimento, notadamente nas esferas local e regional, em que pese isto, grande parte das ações dos governos estão deslocadas para instrumentos da política econômica como as políticas de ajustes fiscais, as políticas monetárias e as de rendas, outras ações políticas operacionalizam agendas de direcionamento para a intervenção, potencialização e otimização das ações nas políticas sociais, todas tendo como base a estrutura da legalidade. (FEITOSA, 2010)

Para Demo (2007, p. 39), as Políticas Públicas sociais desdobram-se em três horizontes que se interpenetram: assistenciais, socioeconômicas e participativas, sendo que, são componentes das políticas participativas típicas exigidas pela cidadania, “as políticas culturais, principalmente aquelas que se dirigem ao cultivo das identidades

⁶ Não ação, segundo Souza (2006, p.24), citando o entendimento de Bachrach e Baratz (1962) caracteriza que “não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública”.



culturais, tomadas como condição essencial para a construção de um projeto próprio de desenvolvimento”.

Ao longo do século XX, entidades internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e seu organismo específico, a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO), posicionaram-se demonstrando que o desenvolvimento não acontece apenas baseado no crescimento econômico, mas que compreende o desenvolvimento em todos os sentidos, englobando o econômico, o social, político, urbano, ambiental e principalmente humano, com a promoção e reconhecimento dos direitos humanos, das capacidades e liberdades fundamentais. (SEN, 2000). Em estudos realizados, a ONU e a UNESCO esclareceram que o real desenvolvimento não era alcançado, principalmente, em países nos quais a cultura não recebia atenção, proteção e investimentos por parte de seus governos. “Desde então, poucos governos hoje deixam de integrar cultura e história ao seu processo de desenvolvimento.” (REVISTA ÂMBITO JURÍDICO, [s.d], [s.p.]).

Como cultura, compreende-se as tradições, as expressões artísticas, religiosas, os pequenos grupos étnicos, os modos de ser e de agir do povo, a culinária, dentre outras características, que neste estudo denominamos patrimônio cultural imaterial:

Diversos trabalhos produzidos pela ONU e a UNESCO mostram que o desenvolvimento não se realiza sem um estímulo paralelo ao desenvolvimento da cultura local, e ainda, ressalta-se a importância da participação popular, em âmbito local para o desenvolvimento efetivo das Políticas Públicas. (REVISTA ÂMBITO JURÍDICO, [s.d], [s.p.]).

A participação popular e a descentralização administrativa brasileira trouxeram para o espaço municipal a possibilidade da oitiva das demandas da comunidade e a decisão pelas propostas sociais, visto a proximidade entre governantes e governados.

Por outro lado, este direito ao desenvolvimento humano foi consagrado pela ONU, em 1986, na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (DDD):

Artigo 1º - O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados. (ONU, DDD, 1986).



A ONU (DDD, 1986) responsabiliza o Estado pelo gerenciamento das condições para que haja possibilidades de atingimento do direito ao desenvolvimento,

Artigo 2º - [...]

Parágrafo 3º - Os Estados têm o direito e o dever de formular políticas nacionais adequadas para o desenvolvimento, que visem o constante aprimoramento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição equitativa dos benefícios daí resultantes. (ONU, DDD, 1986).

Há ainda uma correlação entre educação e desenvolvimento social, porque é a educação que traz o conhecimento e o respeito a partir das próprias raízes históricas e culturais e as raízes de outros povos. Por outro lado, existem embates entre a valorização cultural local e a mundial, a vida civil e política e a economia, porque nestes processos ocorre a transição da pessoa humana à condição de cidadão, e o desenvolvimento também abrange esses posicionamentos:

Por fim, a concepção atual de desenvolvimento não trata do processo de crescimento econômico isoladamente (produção em expansão, produtividade e renda *per capita*), mas sim de desenvolvimento social e educacional, fortalecimento da democracia, direito à uma moradia adequada, preservação do meio ambiente, o respeito às diversas culturas do mundo, do patrimônio cultural, a melhora da equidade e o respeito aos direitos humanos, sendo este último o mais importante. (REVISTA AMBITO JURIDICO, [s.d], [s.p.]).

As Políticas Públicas sociais devem priorizar o reconhecimento das diversidades, das fronteiras das culturas identificarias (SANTOS, 1997, p.13), porque a cidadania estará concretizada no pertencimento social, na identificação com um lugar, um povo, um modo de viver, aí inserido os saberes, notadamente os fazeres da culinária local. Os saberes da culinária local e até mesmo os modos de produção dos ingredientes da culinária auxiliam o desenvolvimento social, ao manterem as características culturais, podem auxiliar o desenvolvimento econômico gerando emprego e renda, através de ações de preservação cultural e/ou atividades turísticas e econômicas.

Assim exposto, há um caminho a trilhar, Estado, sociedade civil e cidadania plena, juntos, no processo democrático da adoção das Políticas Públicas sociais para a preservação dos chamados patrimônios culturais materiais e imateriais, podem garantir o desenvolvimento através do diálogo para atender demandas da sustentabilidade.

3 - Patrimonialização e Desenvolvimento



Para Perez (2009), a partir da 2ª Guerra Mundial houve grande preocupação com o patrimônio cultural, tal processo de interesse e ativação em relação ao patrimônio é denominado de patrimonialização, ligado à institucionalização da cultura, por meio deste mecanismo é afirmada e legitimada a identidade grupal. A patrimonialização é o processo de ativação de memórias passíveis de caírem no esquecimento:

O patrimônio cultural não está dotado de valor em si mesmo, porém, cada grupo e subgrupo humano atribui e adscrive valores e significados, específicos em cada momento histórico, aos seus bens culturais, escolhidos dentro dos múltiplos elementos culturais, o que implica a existência de um processo social de seleção e de atribuição de valores. Neste processo são capitais os especialistas – arqueólogos, antropólogos, arquitetos, historiadores da arte, biólogos e outros – enquanto criadores de uma legitimidade patrimonial seletiva. Os especialistas certificam o valor dos elementos culturais dignos de serem patrimonializados e reconhecem como bem de tutela pública o que antes não estava reconhecido como tal. (PEREZ, 2009, p. 148).

Anico (2005) argumenta sobre o aparecimento de uma indústria da nostalgia, onde o passado é sempre lembrado com nostalgia e é resgatado, e muitas vezes romantizado ou inventado, através de processos de patrimonialização da cultura.

A patrimonialização de referentes culturais que vejo materializar a obsessão pelo passado configura-se como uma estratégia de proteção, baseada na conservação de identidades centradas, unidas e coerentes, mediante a valorização do patrimônio e da memória, como resposta às pressões das forças da globalização, ao desconforto do presente e às incertezas do futuro. (ANICO, 2005, p. 75).

Segundo Anico (2005), com a patrimonialização de determinados componentes das culturas locais, é passível de ser reconhecido como patrimônio não somente aquele produzido e reconhecido pelas elites. Esta estratégia abriu caminho para a valorização do patrimônio que se situa no cotidiano, seja corpóreo ou intangível, fruto da atual elasticidade do conceito de patrimônio.

De acordo com Silva (2011), a patrimonialização é uma ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural.

Desta forma, pode-se argumentar, através de pesquisas realizadas nesta área, que a patrimonialização pode ter conseqüências opostas; de um lado, o mais otimista,



proporcionando o resgate e a revitalização dos bens culturais, que poderiam cair no esquecimento. Esta ação vem para avivar a memória de um grupo, o sentimento de pertencimento a uma coletividade, quando ocorre a patrimonialização de um determinado prato, modo de fazer, ou ingredientes da gastronomia de certa região. Se tal prato, ingrediente, receita ou preparo não fosse patrimonializado, este poderia ser esquecido com o passar do tempo, e não haveria o reconhecimento da comunidade local em relação a sua culinária e a sua cultura. Conforme Hermet (2002, p. 164):

Em uma palavra: o desafio consiste em transformar o que geralmente se considera acessório – a cultura, empregando este termo em sua acepção tradicional – em fator principal do ressurgimento de uma comunidade ante a si mesmo: isto é, em apoiar-se na promoção da cultura, confundida erroneamente com gratuidade, para provar-lhe que ainda pode realizar proezas que revelem não estar condenada, de forma alguma, a uma morte lenta.

A segunda alternativa para a patrimonialização, que vejo como pessimista, está em se pensar somente no viés econômico e lucrativo, tal afirmação é fundamentada em pesquisas realizadas nesta área, quando ocorre a patrimonialização de algo da culinária regional, visando apenas o retorno financeiro, quando não ocorre o reconhecimento da comunidade com o bem cultural patrimonializado, e esta não o relaciona com os seus valores de identidade e pertencimento, que comunicam aspectos culturais.

Sempre que as manifestações do patrimônio imaterial se transformam em mercadorias, em entretenimento para o consumo, em espetacularização, a ênfase é posta no fetiche. O que sobressai é a relação entre coisas, entre mercadorias e não as relações sociais entre os indivíduos produtores. (VELOSO, 2006, p.446).

Choay (2006) argumenta que o patrimônio tem uma dupla função: proporcionar saber e prazer. Entretanto, ocorre uma metamorfose entre o seu valor de uso em valor econômico, devido à ação da engenharia cultural. Um empreendimento que emprega grande quantidade de profissionais dispostos a popularizar e tornar cada vez mais acessíveis os objetos patrimoniais, a autora expõe ainda, que a palavra mágica é a valorização, entretanto, esta contém a noção de mais-valia.

Conforme Silva (2011), a patrimonialização dos bens culturais busca inserir a comunidade local no caminho do desenvolvimento social e econômico. Ao se agregar valor econômico e simbólico aos bens culturais, há o reconhecimento e identificação da história e cultura da população local, a patrimonialização da cultura deve ser utilizada como meio e fim da valorização dos bens culturais, estes, ao assumirem sua posição



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

simbólica serão canais de desenvolvimento social, econômico e cultural. Desta forma, o uso da patrimonialização pode ter conseqüências distintas, cabe aos gestores públicos e organismos privados locais, trabalharem em um intenso processo de conscientização com a comunidade local, o poder público, a sociedade civil, que terá acesso aos bens a serem patrimonializados, para que se determine qual o uso será feito dos mesmos.

4 - O registro da patrimonialização dos bens culturais imateriais pelo IPHAN e as políticas específicas para a cultura.

O Brasil realiza ações de preservação do patrimônio cultural desde 1938, com o tombamento de 06 (seis) cidades em Minas Gerais, inaugurando a prática de que, as entidades governamentais devem se preocupar e planejar Políticas Públicas para a conservação de seus patrimônios culturais. O IPHAN já realizou e promoveu inúmeras ações sendo dado destaque ao “Programa de Cidades Históricas” (1973 a 1983) e ao “Programa Monumenta” (1999 a 2010), este último com apoio de organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e UNESCO.

Na atualidade está em vigência no Brasil o “Programa de Aceleração das Cidades Históricas” do governo federal, que engloba as experiências anteriores, mas que avança e inova ao *i)* realizar uma política transversal reunindo vários ministérios, agências e instituições bancárias, sendo que os planos de ação serão executados com apoio dos governos estaduais e municipais; *ii)* realizar a estratégia de planejamento com a participação de toda a sociedade. (IPHAN, PAC, 2009, p. 5).

O “PAC Cidades Históricas” é o primeiro programa de preservação que atuará de modo amplo no território urbano, abordando o patrimônio das cidades como algo intrínseco à dinâmica urbana, inclusive, de sua articulação ao fomento às cadeias produtivas locais, em especial, àquelas vinculadas a atividades econômicas tradicionais. (IPHAN, PAC, 2009, p.5)

Para o PAC Cidades Históricas (2009) estão previstos recursos da ordem de R\$ 250 milhões por ano: “a qualificação das cidades históricas brasileiras é estratégia para recuperar o papel simbólico e referencial de nossa cultura e para promover e acelerar o atual processo de desenvolvimento” (IPHAN, PAC, 2009, p. 6).



No entanto, a diversidade cultural e temática do patrimônio cultural material e imaterial no Brasil é tão grande que os programas de Políticas Públicas ainda não reconheceram boa parte destes, estando nele inseridas as áreas urbanas, paisagens naturais e culturais, nossos saberes e modos de fazer e celebrações. É um “rico conjunto de referências locais e nacionais que necessita ser identificado e objeto de ações de salvaguarda e valorização”. (IPHAN, PAC, 2009, p. 8). Busca-se a realização de políticas nacionais do patrimônio cultural visando ações e orçamentos, bem como a manutenção das políticas já existentes, como o Fundo Nacional da Cultura (FNC) e o Programa Nacional de apoio à cultura (PRONAC). O IPHAN através do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4/08/2000, viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural, dentre as atividades realizadas está o registro dos bens culturais imateriais.⁷

Conforme exposição do próprio IPHAN, no tocante ao registro da patrimonialização dos bens relacionados aos saberes e lugares envolvendo a culinária, tem-se como exemplos de bens patrimoniais imateriais já tombados, registrados e catalogados:

- a) O saber envolvido na fabricação artesanal de panelas de barro foi registrado como Patrimônio Imaterial no Livro dos Saberes em 2002. O processo de produção no bairro de Goiabeiras Velhas, em Vitória, no Espírito Santo, emprega técnicas tradicionais e matérias-primas provenientes do meio natural. A panela de barro, fruto de um conjunto de saberes, constitui suporte indispensável para o preparo da típica moqueca capixaba, dos frutos do mar e da torta capixaba, pratos da culinária regional divulgados e reconhecidos pela literatura gastronômica como a “mais brasileira das cozinhas”, por reunir e mesclar elementos das culturas indígena, africana e portuguesa.
- b) O ofício das baianas de acarajé é um bem cultural de natureza imaterial, inscrito no Livro dos Saberes em 2005, consiste em uma prática tradicional de produção e venda, em tabuleiro, das chamadas comidas de baiana, feitas com azeite de dendê e ligadas ao culto dos orixás, amplamente disseminadas

⁷ O registro é o instrumento legal para reconhecimento e valorização [...] são inscritos nos livros de Registro de Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. Os saberes ou modos de fazer são atividades desenvolvidas por atores sociais conhecedores de técnicas e matérias-primas que identificam um grupo social ou uma localidade. As celebrações são ritos e festividades associados à religiosidade, à civilidade e aos ciclos do calendário, que participa fortemente da produção de sentidos específicos de lugar e de território. As formas de expressão são formas não-linguísticas de comunicação associadas a determinados grupo social ou região, traduzidas em manifestações musicais, cênicas, plásticas, lúdicas ou literárias. Lugares são espaços onde ocorrem práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, que constituem referência para a população. (IPHAN, [s.d], [s.p.]).



na cidade de Salvador, Bahia. Para sua comercialização são usados vatapá, caruru e camarão seco como recheio e no tabuleiro no qual é vendido também é composto por outros quitutes, tais como, abará, passarinha, mingaus, lelê, bolinho de estudante, cocadas, pé de moleque e outras.

c) A Feira de Caruaru é um lugar de memória e de continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões artísticas tradicionais que continuam vivos no comércio de gado e dos produtos de couro, nos brinquedos reciclados, nas figuras de barro inventadas por Mestre Vitalino, nas redes de tear, nos utensílios de flandres, no cordel, nas gomas e farinhas de mandioca, nas ervas e raízes medicinais. É um Lugar de referência viva da história e da cultura do agreste pernambucano, e, de modo mais geral, da cultura nordestina. A Feira de Caruaru foi inscrita no Livro dos Lugares em 2006.

d) A produção artesanal do queijo de leite cru nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre/Alto Paranaíba em Minas Gerais representa até hoje uma alternativa bem sucedida de conservação e aproveitamento da produção leiteira regional, em áreas cuja geografia limita o escoamento dessa produção. O modo artesanal de fazer queijo constitui um conhecimento tradicional e um traço marcante da identidade cultural dessas regiões e dos mineiros, expresso na forma de manipulação do leite, dos coalhos e das massas, na prensagem, no tempo de maturação (cura), conferindo a cada queijo aparência e sabor específicos. Foi inscrito no Livro dos Saberes em 2008. (IPHAN, PNPI, [s.d], [s.p.]

Após o registro poderão ser operacionalizadas e efetivadas políticas de salvaguarda para manter a continuidade e buscar o desenvolvimento sustentável referente àquela prática, saber, lugar, celebração ou forma de expressão popular.

O “PAC Cidades Históricas”, é um programa de ação governamental, que em quase sua totalidade está voltado para o patrimônio cultural material, mas ao prever em seus investimentos na parte do patrimônio material também estará contribuindo para a preservação do patrimônio cultural imaterial e para o desenvolvimento econômico e social, com as transformações para a geração de renda, novos empregos, agregação social e identitária. O “PAC Cidades Históricas”, como ação governamental planejada está previsto inicialmente para as “173 cidades já catalogadas, em que, desde total, 88 possuem menos de 50.000 habitantes, 72 se localizam em regiões estagnadas e 13 em regiões de baixa renda segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)”. (IPHAN, PAC, 2009, p. 14).

Considerações Finais

Com este trabalho, ao abordar-se o patrimônio cultural e a ativação de memórias relacionadas aos saberes e lugares, podemos identificar quem somos, nossas origens,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

nossa identidade; preservá-lo, revitalizá-lo e reconhecê-lo significa não esquecer das origens. Analisar a culinária, determinada por saberes e lugares, permite associar as preferências alimentares com os signos culturais que adquirimos longo da vida, ou seja, o gosto e a preferência em relação à comida são condicionados de acordo com as influencias culturais recebidas e adquiridas ao longo da vida.

Desta forma, o patrimônio cultural em sua forma imaterial, tem forte ligação com o desenvolvimento local, visto que ambos são fontes de reconhecimento e identidade de um povo. Nesse sentido, faz-se necessário a utilização de ações governamentais para o fomento de programas que possibilitem a preservação e o reconhecimento dos mesmos, visando, inclusive o desenvolvimento social, econômico e cultural locais.

Cabe ao poder público assegurar o direito à memória, com a preservação dos bens culturais sejam materiais ou imateriais, mediante Políticas Públicas eficazes que se efetivem com a concretização do desenvolvimento local, e não somente focadas no viés econômico, do lucro, da comercialização. Nestas políticas é preciso a comunidade local, o poder público, a sociedade civil.

A valorização da cultura e dos bens culturais materiais e imateriais precisa ocorrer de forma que o benefício seja a reativação ou revitalização da própria cultura e esta, revigorada, seja capaz de beneficiar diretamente os grupos locais, que são os responsáveis por alimentar diariamente todas as manifestações e aspectos culturais locais. Programas governamentais como o “PAC Cidades Históricas”, apesar de direcionar a maior parte das ações para a preservação do patrimônio cultural imaterial também indiretamente beneficiam o patrimônio cultural material, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, com as transformações para a geração de renda, novos empregos, agregação social e identitária.

Referencias Bibliográficas

ANICO, M. **A pós-modernização da cultura:** patrimônio e museus na contemporaneidade. Horiz. Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, nº 23, jan/jul, 2005.



BRAGA, V. **Cultura alimentar**: contribuições da antropologia da alimentação. Saúde em Revista, v. 6, n. 13, maio/ago. 2004, pp. 37-44. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art05.pdf>. Acesso em: 12/03/11.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2006, 282 p.

DEMO, P. **Política Social, Educação e Cidadania**. 10ª ed. São Paulo: Papyrus Editora, 2007.

FEITOSA, M. N. **Reflexões sobre as responsabilidades e as Políticas Públicas nos governos frente à racionalidade humana: das políticas econômicas às questões sociais**. (Artigo). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros/MG. 2010.

IPHAN. **PAC Cidades Históricas**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 11/03/2011.

IPHAN, Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=628405A9073AD96E0E006929F468FC91?id=11175&retorno=paginaIphan>. Acesso em: 11/03/2011.

IPHAN, **PNPI**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 15/04/2011.

LIESELOTTE, H. O. **A Alimentação através dos tempos**. Série Cadernos Didáticos, 1ª ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1978, 288p.

MACIEL, M. E. **Uma cozinha à brasileira**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 33, janeiro-junho de 2004, p. 25-39. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2217/1356>. Acesso em: 11/03/11.

MAUSS, M. **O Ensaio sobre a dádiva**: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, pp. 183-314.

MELO, J. M. C. **Educação patrimonial**: museu cultural da humanidade. Revista Museologia e Patrimônio. V. 3, n.1, jan/jul, 2010. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewPDFInterstitial/73/107>. Acesso em: 11/03/11.

MIMTZ, S. W. **Comida e antropologia**: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - v. 16, nº. 47, Outubro/2001, p. 31- 41. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n47/7718.pdf>. Acesso em: 12/03/2011.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS), Programa das Nações Unidas p/ o Desenv. (PNUD). **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano**: Liberdade cultural num mundo diversificado. Lisboa, Portugal, 2004a. Tradução: José Freitas e Silva.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Disponível em: http://www.hdr.undp.org/en/media/hdr04_po_chapter_2.pdf. Acesso em: 15/04/2011

UNESCO (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA). **II Congresso Nacional sobre Investimento Social Privado Educação, Diversidade Criadora e Cultura de Paz**. Fortaleza: UNESCO, 2002. Disponível em: http://www.brasilia.unesco.org/noticias/opiniaio/index/index_2002/gife. Acesso em: 15/04/2011.

PEREZ, X. P. **Turismo Cultural: Uma visão antropológica**. Colección PASOS edita, nº 2, 2009, 324 p. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEedita2.pdf>. Acesso em: 22/03/2011.

REVISTA ÂMBITO JURIDICO. **Multiculturalismo e cidade**: A diversidade cultural na política social urbana. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8922. Acesso em: 29/03/2011.

SACHS, I. **Repensando o Crescimento Econômico e o Progresso Social: o papel da política**. In: ABRAMOVAY, R. et al (Orgs.) *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Unesp/ Edusp, 2001.

SANTOS, B. de S. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. Faculdade Economia/Coimbra e Centro de Estudos Sociais. Revista Crítica de Ciências Sociais. N. 48. Jun/1997.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SILVA, S. S. **A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento**: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. Rev. Aurora, n. 7, Jan/ 2011. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/9silva106a113.pdf>. Acesso em: 12/03/11.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão de literatura. In Sociologias, n. 16, jun/2006.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA. 2002. Disponível em: www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a.../03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 11/2010.